



A mídia alternativa revista *Viração*: uma iniciativa que inclui adolescentes e jovens na busca pela emancipação social¹

Nayara Carla Teixeira²

Resumo

Estudo sobre a revista *Viração*, um meio de comunicação alternativo, sem fins lucrativos, que fomenta a cidadania. O objetivo é observar como se dá o envolvimento de adolescentes e jovens no planejamento e na confecção da revista. Opta-se por uma pesquisa de base qualitativa que envolve: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semi-estruturadas e observação participante. As informações e os dados coletados (de junho de 2005 a dezembro de 2006) levam a constatar que a participação dos adolescentes e jovens na revista se dá de maneira pró-ativa e contribui para sua formação crítica e participativa. Verifica-se, ainda, que a publicação exerce suas atividades no sentido de capacitar os adolescentes e jovens a atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas.

Palavras-chave: Revista *Viração*; mídia alternativa; educação; cidadania.

Os meios alternativos e a educação a favor da cidadania

A prática da cidadania esteve marcada, ao longo da história, por uma conotação restritiva. Primeiro esteve atrelada apenas aos homens, depois aos homens de posse, e só mais tarde se estendeu às mulheres e à classe trabalhadora. Apesar de seu nítido avanço, até hoje ela não garante direitos plenos a todos os membros da sociedade. Tanto é, que uma massa de excluídos sequer sabe que na condição de cidadãos de um Estado “Democrático” devem lhe ser assegurados direitos civis (direito à vida, à igualdade, à liberdade, à propriedade etc); políticos (possibilidade de votar e ser votado, de associar-se a organizações sindicais etc) e sociais (acesso ao trabalho, à cultura, à educação, à saúde, à segurança, à moradia etc).

Uma pesquisa realizada em 1997, na região metropolitana do Rio de Janeiro, já apresentava dados que iam em direção a tal evidência. Dos entrevistados, 57% não sabiam sequer mencionar um de seus direitos e somente 12% se recordaram de alguns deles (CARVALHO, 2001, p.210).

Porém, o que se percebe não é apenas a precariedade de conhecimento dos direitos, mas também o ceticismo na validação dos mesmos. De acordo com Carvalho (2001, p.210-

¹ Trabalho apresentado ao NP de Comunicação para a Cidadania, do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Formada em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda – pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Unidade Arcos) e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) sob a orientação da Profa Dra Cicilia K. Peruzzo.



211), pesquisas feitas em 1988 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstravam que milhões de indivíduos que se envolviam em conflitos não recorriam à justiça por duvidar das garantias legais. Os dados comprovavam tal agravante: 28% dos entrevistados alegavam descrença no poder jurídico, 9% preferiam se poupar de um envolvimento com a polícia e 4% temiam represálias ao exigir seus direitos. Contudo, 41% das pessoas não recorriam à justiça por temê-la ou achá-la pouco confiável. Outra pesquisa, feita quase dez anos mais tarde pelo mesmo Instituto, mostrou que este panorama não sofreu grandes alterações. Aliás, a nova pesquisa apontou que só 20% das pessoas que sofriam alguma violação de seus direitos recorriam à polícia para abrir um boletim de ocorrência. Os outros 80% demonstravam descrença nos resultados judiciais.

Como se pode ver, a agressão aos direitos de cidadania dos indivíduos vem criando uma legião de cidadãos incrédulos na ordem social. Conforme Pedro Demo (1999, p.52-53), mesmo não sendo amplamente valorizados e concretizados, deveriam fazer parte do projeto de cidadania:

- (a) a noção de formação, não de adestramento (...);
- (b) a noção de participação, de autopromoção, de autodefinição, ou seja, o conteúdo central da política social, entendida como realização da sociedade participativamente desejada;
- (c) a noção de sujeito social, não de objeto, de paciente, de cliente, de elemento;
- (d) a noção de direitos e de deveres, sobretudo os fundamentais, tais como os direitos humanos, os direitos de cidadão, o direito à satisfação das necessidades básicas, o direito à educação etc;
- (e) a noção de democracia, como forma de organização sócio-econômica e política mais capaz de garantir a participação como processo de conquista;
- (f) a noção de liberdade, igualdade, comunidade, que leva à formação de ideologias comprometidas com processos de redução da desigualdade social e regional, como o desenvolvimento, a qualidade de vida e o bem-estar culturalmente definidos, com a satisfação das necessidades básicas e a garantia dos direitos fundamentais, inclusive justiça e segurança pública;
- (g) a noção de acesso à informação e ao saber, como instrumentos de crescimento da economia e da sociedade, bem como de participação política;



- (h) a noção de acesso a habilidades capazes de potencializar a criatividade do trabalho, visto como componente cultural, mas do que como simples elemento produtivo”.

Embora todos estes componentes sejam fundamentais aos indivíduos, acredita-se que os que estão relacionados à educação é que podem vir a alterar a cidadania limitada, parcial, que permeia os dias atuais; pois, é através da educação que o sujeito se torna consciente dos seus direitos, deveres e capacidades. Como argumento à visão de que educação seria a base para ampliar o exercício da cidadania, mostra-se a análise que Sílvio Barbosa (2004, p.58) faz do censo do IBGE de 2000, quanto ao nível de alfabetização da população de São Paulo:

Enquanto em Pinheiros, bairro paulistano de classe média, quase 79% dos chefes de família (78,88%) têm mais de 10 anos de estudo, em Parelheiros, bairro pobre e habitado principalmente por famílias pobres de migrantes, apenas 10,87% dos chefes de família estão nesta situação. Parelheiros é também o bairro recordista em chefes de família analfabetos, 12,88%, mais do que o dobro da média registrada na cidade, de 6%. O analfabetismo não é o único recorde negativo de Parelheiros. O bairro também amarga a maior taxa de mortalidade infantil do município (20,47 óbitos de menores de um ano de idade por mil nascidos vivos, contra 8,09 em Pinheiros), a maior taxa de homicídios (102,4 por 100 mil habitantes, contra 10,01 em Pinheiros) e o maior número de chefes de família desempregados (22,74% contra 4,34% em Pinheiros). É um indício claro de que a falta de acesso à educação encontra-se no mesmo nível rasteiro de ausência dos demais direitos do cidadão, como saúde, segurança e trabalho.

Barbosa ainda complementa: “observamos, por esse exemplo da cidade de São Paulo, que educação e direitos do cidadão se relacionam e se mesclam na medida em que é pela educação que o indivíduo se torna consciente e detentor dos direitos de cidadão”. O problema é que “muitas vezes subestima-se o efeito político da educação, porque se pretende captá-lo como impacto imediato, a exemplo dos impactos de ordem sócio-econômica” (DEMO, 1999, p.53), não levando em consideração que

a formação da cidadania é um processo lento e profundo, que leva gerações. Planta-se uma geração, não uma parede ou pátio. É outra dimensão aquela comprometida em construir ‘gente’, para além de trabalhadores treinados, pessoas bem-comportadas, seres informados. Esta tarefa se realiza por baixo do torvelinho diário, efêmero e rotineiro, perdendo-se no horizonte das dimensões infinitas da sociedade (DEMO, 1999, p.53).

Apesar de árduo, esse deve ser um trabalho prioritário, já que realmente “estamos precisando de mais educação”. E quando se fala nessa educação, não se faz referência somente às formas puras e simples de instrução, mas também aos “processos e campanhas destinadas a toda a população e direcionados para mudança de mentalidade, hábitos e posturas”. Na concepção de Ênio Resende (1992, p.99),

urge empreender um grande movimento de educação política, social, cívica e moral. Esse movimento deve objetivar a preparação e o incentivo da população para assumir sua cidadania; uma ampla conscientização destinada a preparar a sociedade para vencer seus principais inimigos já identificados: as doenças culturais, as fraquezas das instituições, a inflação, a má distribuição da renda, a crise moral, a decadência das organizações de previdência, ensino e saúde, etc. Para esse grande movimento de educação, haverá necessidade de um mutirão nacional, envolvendo a participação de todos os setores da sociedade: os meios de comunicação, as lideranças organizacionais e comunitárias, os religiosos, os militares, os esportistas e artistas. Todos deveriam se transformar circunstancialmente em educadores, escolher carregar uma ou mais bandeiras e engajarem-se em campanhas de orientação, informação, sensibilização, conscientização e estímulo.

Ainda que Resende atribua, a todos os setores da sociedade, a missão de desenvolver (por intermédio da educação) o espírito, a motivação e os hábitos de cidadania, ele solicita que “pelo menos a arrancada inicial seja dada através dos principais comunicadores e dos formadores de opinião que contam com espaços na mídia”, pois, do seu ponto de vista, estes são os atores que estão mais perto de desenvolver um processo educacional conscientizador, intenso, persistente e de grande visibilidade (RESENDE, 1992, p.71).

Mas independentemente de quais serão os responsáveis, o fato é que há urgência em impulsionar esse processo de investimento na educação; pois quanto mais se adiar a implantação desta medida de forma hábil e suficiente, mais os indivíduos estarão fadados a crer que “sua capacidade e poder de transformar qualitativamente a realidade se encerra no momento em que deposita seu voto na urna” (RESENDE, 1992, p.67); mais do que isso, estarão fadados à condição de sujeitos pouco politizados, em detrimento da condição de cidadãos (no sentido literal da palavra).

Herbert Souza (1994, p.22) define o verdadeiro cidadão como “o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade”. Tudo o que acontece no mundo, seja no país, na cidade ou no bairro, diz respeito ao cidadão, pois todas as decisões interferem em sua vida. Para o autor, “um cidadão com um sentimento ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão do poder de participação (...). O cidadão cobra, propõe e pressiona o tempo todo”.

Este entendimento parece presente, também, nos estudos de Norberto Bobbio, que em relação aos direitos diz: “não se trata de saber quais e quantos são”, mas sim “qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que (...) eles sejam continuamente violados” (BOBBIO, 1992, p. 25). De acordo com o autor, a atitude de proteger os



direitos e de garantir uma real democracia, “repousa na soberania não do povo, mas dos cidadãos” (BOBBIO, 1992, p. 119).

O que se percebe é que ainda falta muito para conseguir formar este cidadão politizado. Fato que estimula tanto os próprios indivíduos, como ativistas que visam colaborar para a formação de uma sociedade mais justa, a procurarem “medidas alternativas” que trabalhem no intuito de promover mudanças positivas nas condições de vida das pessoas. Neste contexto é que se inserem os meios alternativos que desenvolvem processos de educação informal e não-formal que contribuem para o indivíduo transpor do estado de não-cidadão³ ao estado de cidadão ativo e capaz de fazer história, de interferir no mundo que o rodeia.

Na visão de Carnicel (1989, p.78), diferentemente da educação formal que é proporcionada pelas instituições de ensino e tem um certo encadeamento, a educação informal abrange o conjunto das possibilidades educativas existentes ao longo da vida da pessoa e se caracteriza por ser um processo intermitente e não organizado. Já a educação não-formal tem uma organização determinada (díspar da organização escolar) e é flexível quanto ao tempo, local, método e conteúdo de aprendizagem. Estas são modalidades desiguais, mas que podem perfeitamente ter uma atuação paralela. Por exemplo, o indivíduo pode ter acesso a educação formal durante o horário escolar pré-estabelecido pela instituição onde está matriculado e, fora deste horário, pode participar de iniciativas ligadas à educação informal e não-formal.

O que se sabe é que as iniciativas informais e não-formais podem ser desenvolvidas de várias maneiras e por diversos agentes, inclusive, pelos meios alternativos que aventuram-se a cooperar para a diminuição da exclusão e da hierarquização social, se esforçando para converter, dentro de suas possibilidades, a cidadania de privilegiados em uma cidadania mais abrangente, que inclua pessoas comuns.

Exemplos de mídia alternativa com este perfil são: o jornal e a tevê da Rede Mocoronga, o programa Educom. Rádio, a revista Viração, dentre outros. Estes projetos abrem caminhos para o progresso dos indivíduos e estão em consonância com a cidadania, tal como é entendida por Martín-Barbero (2002, p.51). Para o autor, “a cidadania está ligada ao direito de informar e ser informado, de falar e ser ouvido, imprescindível para poder participar das decisões que dizem respeito à coletividade”.

³ Segundo Demo (1995, p.02) não-cidadão é, sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino.



Sobre o termo, Ênio Resende (1992, p.67) aponta: “cidadania é um estado de espírito e uma postura permanente que levam pessoas a agirem, individualmente ou em grupo, com objetivos de defesa de direitos e de cumprimento de deveres civis, sociais e profissionais”. E acrescenta: “cidadania é para ser praticada todos os dias, em todos os lugares, em diferentes situações, com variadas finalidades”.

Já na perspectiva de Liszt Vieira, a cidadania é definida pelos princípios da democracia e constitui-se “na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política”. O autor ainda fala da cidadania passiva e da cidadania ativa: “a cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política (Chauí, 1984 apud VIEIRA, 2000, p. 40).

Beatriz Bretas (2002, p.136) também discute tal conceito, porém, fazendo referência, especificamente, à cidadania cultural do indivíduo. Em sua perspectiva, a condição fundamental à cidadania cultural é “o acesso aos bens simbólicos”, como forma de proporcionar a “participação dos indivíduos no processo de decisão sobre o que produzir, como produzir, como distribuir e utilizar os bens simbólicos, de modo que haja menos desigualdades”.

O que se pretende mostrar é que os projetos de mídia alternativa parecem alcançar, em diferentes proporções, os mais variados sentidos do termo cidadania. Há tempos, parte dos responsáveis pela mídia popular e alternativa brasileira tenta assumir uma perspectiva cidadã na medida em que favorece a participação popular e abre espaço para que as pessoas: aprendam a lidar com os mecanismos e as técnicas dos veículos de comunicação; desenvolvam habilidades de reflexão e crítica sobre as problemáticas que as afetam direta ou indiretamente; adquiram uma nova visão de vida e de mundo; discutam idéias e assuntos; estabeleçam trocas; opinem e participem tanto do conteúdo a ser veiculado quanto da concretização da programação dos meios; aumentem sua auto-estima e, enfim, sejam cidadãos mais conscientes e politizados.

A revista alternativa Viração

A revista Viração foi criada em 2003 por um grupo de jornalistas independentes, com a pretensão de estar aberta à participação de adolescentes e jovens (principais representantes da comunidade escolar) e de outros segmentos da sociedade que têm



interface com a educação, especialmente o terceiro setor, o setor produtivo, políticos, instituições públicas, universidades e outros meios de comunicação.

Dentre seus vários propósitos estão: (1) fornecer um fórum de debates sobre a realidade dos adolescentes e jovens, com linha diretriz humanista, focada em valores como a educação para a paz, a solidariedade entre os povos, o respeito à diversidade cultural e religiosa, a afirmação dos direitos do jovem e a valorização da cultura brasileira, (2) ajudar os jovens e adolescentes a aplicarem as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida e (3) utilizar-se das linguagens como meio de expressão, informação e comunicação, em situações intersubjetivas, que exijam graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos dos interlocutores. Em outras palavras, “ela quer aproximar o mundo da escola da vida como ela é” (Editorial. *Viração*, 2003, p.3).

Esta publicação não tem fins lucrativos e é, hoje, mantida pela organização não-governamental Associação de Apoio a Meninos e Meninas da Região Sé (AAMM) – entidade que atua há mais de 10 anos na defesa dos direitos de crianças, jovens e adolescentes da capital paulista. O veículo recebe apoios institucionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), da Agência Internacional pela Paz (IPAZ), do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-Usp) etc. Conta ainda com doações, patrocínios, venda de anúncios (que devem assumir perfis coerentes com sua linha editorial) e assinaturas. Como seus exemplares não são vendidos em bancas de jornais e revistas, a única forma de obtê-los é por meio da assinatura ou pedido feitos em seu próprio site⁴. A *Viração* tem uma tiragem de 5.000 exemplares e é vendida aos assinantes por R\$5,00.

Compõem sua equipe o jornalista responsável, Paulo Lima, os membros do Conselho Editorial e da Equipe Pedagógica⁵ e os colaboradores ou membros do Conselho Editorial Jovem⁶. Além destes, contribuem para suas atividades alguns setores

⁴ Disponível em: www.revistaviracao.com.br. Acesso em 4 de maio de 2007.

⁵ Alguns membros do Conselho Editorial e da Equipe Pedagógica auxiliam a equipe da *Viração* no trato de temas específicos, na indicação de fontes para as matérias, entrevistas e reportagens e, ainda, na solução de dúvidas tanto em relação a possíveis mudanças na publicação (inovações visuais e editoriais), quanto em relação a estratégias e posicionamentos a serem adotados. Colaboram, ainda, com todos os outros projetos que estão vinculados à *Viração*: a versão digital da revista, os especiais, as oficinas de capacitação que são promovidas etc.

⁶ Suas características estão descritas no subtítulo que segue.



terceirizados, como o setor de Consultoria de Marketing, Relacionamento Institucional, Revisão, Projeto Gráfico, Fotolito Digital, Impressão e Administração (alguns deles remunerados e outros voluntários).

O Conselho Editorial Jovem

A experiência piloto – Conselho Jovem de São Paulo

Desde o início do desenvolvimento do projeto *Viração* a intenção é construir um meio de comunicação capaz de proporcionar ao adolescente e jovem um espaço para debate, sugestão e aprendizado. Sendo assim, faltava o elemento principal: o Conselho Editorial Jovem, que só veio a existir a partir da publicação nº 4 da revista.

A princípio esse Conselho é formado por jovens que já trabalham com questões de cidadania. De acordo com Paulo Lima⁷, para formar essa equipe ele e os outros entusiastas que já compunham a redação da revista buscaram “entidades que quisessem indicar jovens e adolescentes dos seus projetos para fazer parte do Conselho”. Procuraram então, a Fé Educativa, o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade (Ceert), a Fundação Abrinq, todos os treze Centros de Defesa da Criança e do Adolescente de São Paulo e alguns movimentos sociais como o Movimento Negro e o dos Sem Terra.

O número de adolescentes e jovens indicados e, sobretudo, interessados, cresce – é o que mostram as edições posteriores à nº 4, nas quais somam-se mais e mais nomes no campo do Conselho Jovem. Os novos membros, por sua vez, já não se restringem a indivíduos engajados em outras iniciativas; incluem também estudantes de escolas públicas ou particulares, estudantes de comunicação ou outras áreas do conhecimento etc.

Hoje esses membros se apropriam do espaço que é oferecido pela revista e se encarregam de consolidá-la como uma mídia de articulação coletiva. Porém, no começo, havia um obstáculo à utilização das aberturas proporcionadas pela *Viração*: a noção arraigada de participação como algo inacessível. Paulo Lima explica:

O jovem não estava acostumado a participar de uma publicação. Na verdade, sempre ofereceram para o jovem, adolescente, leitor, a seção de cartas ou, quando raro, uma opinião sobre o que ele acha de alguma matéria, alguma reportagem ou entrevista – como parece ser a experiência da *Capricho* há vários anos. Mas nunca convidaram esses jovens para pautar a revista, para discutir o visual, para colocar em questão a linguagem, o conteúdo, sobretudo, para

⁷ Em entrevista cedida à autora em agosto de 2006.



oferecer para ele um espaço para ele mesmo escrever, para ele mesmo se pautar, se manifestar – testemunha Paulo Lima, jornalista responsável pela revista.

Entretanto, as constantes reuniões promovidas pela revista vão colaborar para que os integrantes do Conselho Jovem superem essa barreira. Elas privilegiam três momentos: (1) momento de entrosamento: onde há a leitura de uma poesia, um texto, uma música cantada ou recitada, seguida da partilha de reflexões; (2) avaliação “burocrática” da revista: onde os coordenadores apresentam as novidades em relação à publicação a fim de levantar análises e sugestões; nesta dinâmica se inclui a sugestão coletiva de pautas e a distribuição de tarefas aos grupos interessados em desenvolver o exercício jornalístico; e (3) momento de formação: onde, por vezes, se discute com um determinado palestrante temas relacionados à produção jornalística, como: a leitura crítica da comunicação, a democratização dos meios, a cidadania, a juventude, a cultura, as políticas da atualidade etc.

Em resumo, as reuniões estimulam o trabalho em equipe e permitem que os adolescentes e jovens discutam temas ligados ao editorial da publicação, sugiram pautas, apurem as matérias da revista, encarreguem-se pela redação de textos e avaliem a administração, diagramação, distribuição e divulgação da *Viração*. Colaborando assim, “para que se redesenhe um novo discurso jornalístico sobre a juventude e para a juventude”⁸.

Como se pode notar, o Conselho Editorial Jovem assume uma função de grande responsabilidade no âmbito da revista. “Na verdade ele é a razão de ser da *Viração*” afirma Juliana Barroso⁹, que também o vê como um diferencial:

Se não tiver essas reuniões, esses jovens participando, a gente vai ser só mais uma revista. Mesmo estando trabalhando com seriedade, com compromisso, a gente vai continuar sendo apenas mais uma revista de jornalistas falando para um público-alvo. Então, o Conselho é a base para que tudo aconteça, para que tudo exista. De onde vem a inspiração para os assuntos, o quê que é importante, não sou eu que vou decidir. São eles, que são o público e, ao mesmo tempo, os repórteres, os que fazem. Podem não escrever o texto final, mas deles parte a idéia, a discussão, com quem falar e porque falar... Sem eles não teria pauta (...) – relata Juliana.

Mas não é porque assume tantas atribuições que esse Conselho torna-se auto-suficiente. Na *Viração*, suas atividades são acompanhadas pelos jornalistas da equipe. Juliana Barroso aponta de que maneira isso é feito:

⁸ Paulo Lima em arquivo enviado à Ashoka para o processo seletivo de seus empreendedores sociais.

⁹ Na época do estudo Juliana Barroso é a editora da revista.



(...) não é controle. É um apoio. Você dá um suporte e muito diálogo. Conversa muito a respeito das coisas. Se eles propõem alguma coisa que vai ferir alguma lei ou que pode dar problema, a gente tem que mostrar para eles para que as coisas não desandem também... Falar qualquer coisa não é o objetivo da revista. Não é só abrir e “faça o que você quiser”. Você tem que ter claro o respeito aos direitos humanos, à legislação e tal.

Outros Conselhos Jovem

A possibilidade de participação ativa é o que justifica o interesse dos que compõem o Conselho Jovem de São Paulo e é, também, o que explica o surgimento de vários outros Conselhos Jovem da revista *Viração* pelo Brasil. Hoje eles chegam a 17, sendo chamados também de *Virajovem* (nome sugerido e aceito pelos próprios participantes). Estão em Belo Horizonte, Porto Alegre, Campo Grande, Rio de Janeiro, Fortaleza, Vitória, João Pessoa, São Luis, Maceió, Manaus, Natal, Recife, Brasília, Salvador, Goiânia, Curitiba e São Paulo.

Cada um, que tem uma média de 10 a 12 participantes, é montado à base do voluntariado e estabelece parceria com uma entidade ou fundação regional que tem valores similares aos que são cultivados pela equipe da *Viração*¹⁰. É essa entidade ou fundação que vai ajudar a divulgar junto a seus públicos e parceiros a proposta da revista, contribuir com os gastos relativos à apuração das reportagens ou outras atividades ligadas à publicação, ceder um espaço para que as reuniões aconteçam e indicar dois de seus representantes para serem os coordenadores do Conselho daquela localidade.

Esses coordenadores, por sua vez, recebem formação e acompanhamento específicos (por meio de encontro pessoal com a redação em São Paulo, freqüentes contatos telefônicos e via internet) para que sejam capazes de: estimular os adolescentes e jovens a produzir, acompanhar a realização das pautas e fazer a edição dos textos antes que sejam enviados à sede da publicação.

As reuniões promovidas por estes outros Conselhos seguem os mesmos moldes das que acontecem na sede, em São Paulo. Entretanto, há certa variação em sua assiduidade: constata-se que alguns Conselhos chegam a se reunir mais de uma vez ao mês e outros o fazem num espaço maior que 30 dias; portanto, em média, presume-se que os *Virajovens* se encontram mensalmente.

¹⁰ Essa parceria se torna autêntica por meio de um Termo de Cooperação reconhecido em cartório que é assinado pelo projeto revista *Viração* e pela entidade cooperada. Nele constam as incumbências de ambas as partes e alguns dados sobre a criação e o funcionamento de um *Virajovem*.



Mais uma variação está na estrutura e articulação de cada um dos Conselhos. Enquanto alguns já estão consolidados como, por exemplo, o conselho de Maceió que tem apoio firmado da Pastoral da Juventude, o de Belo Horizonte que tem como parceira a Associação Imagem Comunitária e o de São Luiz que tem como entidade-âncora a Agência Matraca de Comunicação, outros ainda dão os primeiros passos em direção a sua estabilidade, é o caso do Conselho de Recife que é vinculado ao Instituto Papai e o de Campo Grande que estabelece ligação com a Agência de Notícias Girassolidário; alguns, inclusive, mantêm somente uma parceria provisória com as entidades locais.

As instituições que dão sustentáculo aos Conselhos Jovem da Viração ganham, a cada mês, 25 exemplares da revista para fazer a divulgação entre os participantes dos próprios Conselhos e as redes próximas. Além disso, têm como retorno um espaço indeterminado na revista, a cada ano, podendo utilizá-lo da maneira que for conveniente – seja em forma de anúncio, de uma matéria sobre suas atividades, atribuições etc. Inclusive, sua logomarca é colocada no site da revista junto à dos demais parceiros da publicação.

Conexão das atividades dos Virajovens

No sentido de promover a integração entre os diversos participantes espalhados pelo país, a equipe mantém uma lista de discussão on-line do grupo¹¹. Através desta lista é possível opinar, sugerir e avaliar o andamento da edição do mês, dentre outros assuntos – até a capa da revista é enviada e avaliada por meio da lista de discussão.

Aliás, a lista serve de instrumento para reafirmar os objetivos que devem ter todos os Conselhos Jovens e, por vezes, é a ferramenta priorizada porque não pesa no orçamento da revista. Entretanto, embora seja bastante eficaz em certas situações, no caso da Viração ela só consegue atingir e mobilizar parte dos integrantes dos Conselhos Jovem, porque “esses jovens geralmente não têm computador em casa. Eles acessam a partir das escolas, da ONG onde eles participam do projeto social, do movimento social, do grêmio estudantil”. Mas o importante é que, ainda assim, a equipe “conseguiu, aos poucos, uma participação de forma efetiva realmente; não de forma estética, de fachada” – afirma Paulo Lima.

E para dar conta da participação efetiva dos adolescentes e jovens a publicação opta por um sistema de rodízio de pautas e matérias que se aplica, principalmente, à versão

¹¹ Ver: virajovem@grupos.com.br .



impressa da revista, já que a versão digital suporta mais conteúdos. Dessa maneira, há um planejamento anual das partes que a serem preenchidas por cada Conselho Jovem. E para que todos participem das diversas áreas da publicação, o rodízio é tanto por edição como por seção.

Esse sistema permite democratizar os espaços da revista impressa e, ainda, mostrar a pluralidade e a diversidade regional, procurando dar caráter nacional à revista. Mas, como se trata de um meio de comunicação, em certas ocasiões é necessário não se ater ao rodízio. Isto é, pode ser que de acordo com o que foi programado seja a vez de determinado Conselho se responsabilizar pela reportagem de capa da revista, porém, se há um furo de reportagem ou uma matéria super interessante que esteja ligada a um local onde existe um Conselho Jovem e que não seja o Conselho previsto, provavelmente haverá uma mudança nos planos. Quando ocorre, espera-se compreensão dos integrantes, que devem se portar como uma verdadeira equipe. Como o trabalho em conjunto é essencial à *Viração* não pode surgir “aquela questão de jogo de vaidade (...) A gente deixa isso bem claro” – diz Juliana Barroso.

Contudo, as práticas de protagonismo vivenciadas no cotidiano da revista *Viração* e as maneiras de interligá-las a 17 capitais brasileiras contribuem para desenhar a imagem que Paulo Lima tem da revista e de seu potencial:

A grande inovação da *Viração* está em ser um veículo de articulação de práticas coletivas com linguagem jovem, e fácil acessibilidade em nível nacional, retratando realidades regionais que mês-a-mês procuram se deslocar dos eixos das capitais econômicas do país (...) Por mais que estejamos ainda dando os primeiros passos, a participação dos jovens está sendo avaliada de forma muito positiva e indispensável porque, com poucas condições financeiras, muitos jovens se sentem estimulados a passarem de consumidores de mídia para produtores de mídia¹².

Ressonância das atividades da revista *Viração*

À medida que envolve e prepara o adolescente e o jovem para o consumo crítico das mensagens dos meios, para a gestão da informação, para a importância das mídias no processo democrático, para a compreensão da conjuntura em que se vive e para o uso das tecnologias da informação, a revista interfere na formação de seus participantes e demonstra resultados positivos, como: elevação da auto estima e do poder de decisão; aprimoramento de habilidades, competências e interesses; melhora no rendimento

¹² Paulo Lima em arquivo enviado à Ashoka, para o processo de seleção dos empreendedores sociais do ano de 2006.

escolar e propensão à troca de experiências e ao trabalho em grupo. Nas palavras de Paulo Lima

o jovem não está na Viração apenas para fazer algo, fazer uma publicação. Está justamente para desenvolver talento, habilidade para melhorar sua escrita, seu relacionamento, sua comunicação com o mundo, com os outros e não somente para publicar um texto ou uma foto. A idéia de fundo é essa: preparar para a vida. Aí, a Viração é só um canal, um instrumento.

Os depoimentos¹³ de jovens que participam do Conselho Editorial Jovem de São Paulo também levam a acreditar que a função da Viração realmente vai além da mera operacionalidade. Veja o que a publicação representa ou contribui para a vida de alguns de seus integrantes:

No geral, acho que a maioria das revistas jovens são essencialmente publicitárias. Então, assim, se eu tivesse que colocar num papel um projeto, acho que teria sido a Vira (...). Na Vira o jovem participa, ele reflete. Ele mesmo está tentando fazer uma mídia crítica, que é uma coisa super diferenciada (...). Eu acho que é um projeto muito inovador (...) e a Vira me ensinou muita coisa... A ter que trabalhar uma linguagem diferenciada para o público jovem – que não trate o público nem como idiota, nem como consumidor, nem como criança – que trate o jovem como uma cabeça pensante e transformadora (...) mas ainda estou descobrindo muita coisa... – (Cristina Uchôa, 23 anos, estudante de Direito pelo Mackenzie e de Jornalismo pela Eca/Usp).

Em relação à revista Viração, Cristina Uchôa coloca que um dos pontos interessantes é o fato de os exemplares superarem a superficialidade que é vista na maioria das publicações voltadas para o segmento jovem. Já para Douglas Lima, uma das principais vantagens é que ela contribui para que haja uma melhoria nas relações inter-pessoais dos integrantes:

A forma de expressão, a comunicabilidade, a inter-relação mesmo que existe de uma pessoa para outra, ela melhora vertiginosamente. Estando na Viração você tem contato com pessoas que não imaginava que iria ter, com grupos de pessoas que você não imaginava que iria ter, com associações, com as chamadas minorias (...) E o espaço é de todo mundo, seja ele qual for, seja qual ideologia tenha. Então, existe a possibilidade de interagir e de se comunicar com pessoas diferentes que, no seu dia-a-dia, normalmente, você não teria. E a Vira já faz parte da minha vida. É uma relação tão intrínseca que não tem como separar (...) Com o tempo de participação no Conselho Editorial eu comecei a ter afinidade com o dia-a-dia da redação e com essa coisa mesmo da profissão de jornalista. Acabei absorvendo muita coisa (...) e hoje eu pretendo continuar na área de comunicação seja ela qual for (...) – (Douglas Lima, 17 anos, estudante do segundo grau da Escola Estadual Professor Moacir de Campos).

Paloma Klisys, por sua vez, enfatiza que o que diferencia a Viração é a qualidade de seu conteúdo e a forma como atua: promovendo transformações no cotidiano de vários adolescentes na medida em que proporciona novas formas de compreensão da realidade

¹³ Depoimentos obtidos pela autora em agosto de 2006.

e, ainda, uma sensação de “empoderamento” por parte do jovem, que se vê exercendo a sua liberdade de expressão. Confira o depoimento:

Eu acredito que a *Viração* é um veículo que se destaca em relação às outras publicações que são direcionadas para o público jovem. Penso que é extremamente necessária pela qualidade do conteúdo; tanto como pelo modo como as pautas são formuladas, quanto pela participação dos adolescentes, pelo olhar que a revista tem, pela linha editorial, pela liberdade de tratar com verdade assuntos polêmicos, assuntos que geralmente costumam incomodar (...)

E não é um veículo descartável. Se você pegar uma *Vira* e ler daqui há um mês, você não vai falar: “isso daqui está velho, isso daqui já passou, isso daqui não tem mais nada a ver” (...)

(...) E acredito que a *Viração* pode contribuir para mudanças macropolíticas, mas que pode, sobretudo, operar pequenas transformações no cotidiano de vários adolescentes, de vários jovens que se envolvem nos Conselhos Editoriais... Seriam mudanças de olhar e de sensação de potência e de empoderamento de jovens que se envolvem com esta proposta e falam: “Não, peráí, eu também posso me expressar” (...) – Paloma Klisys, 25 anos, escritora, estudante de Jornalismo.

A liberdade de expressão no âmbito da revista também é destacada por Taluana Brisa, que fala sobre a *Viração* como um espaço democrático que favorece a crítica e o aprendizado:

A *Viração* (...) é um espaço bem bacana que nos proporcionam... Assim, é bem democrático. É uma coisa que, para a minha vida, proporciona coisas bem interessantes que me ajudam a melhorar cada vez mais... Na escola eu fico mais crítica, na vida eu fico mais crítica e ela me ajuda também na produção de textos, que é uma coisa que eu gosto muito de fazer. Eu estou escrevendo bem melhor desde quando entrei aqui. Agora, minha professora fala que estou com a escrita bem melhor (...) Além disso, hoje em dia, na sociedade, falta espaço para o jovem falar, para o jovem expor suas idéias e opiniões; e a *Viração* deixa o jovem se expressar. Aqui você pode falar da sua maneira, conforme a linguagem do seu cotidiano – Taluana Brisa, 16 anos, estudante do segundo grau da Escola Estadual Oscar Marcondes Ferreira.

O conjunto das declarações reforça a idéia de que a revista *Viração* é uma mídia diferenciada, que propicia a formação, o protagonismo, a democracia, a reflexão, a comunicabilidade e uma relativa melhora no relacionamento inter-pessoal. Um veículo que ganha o reconhecimento e a identificação dos que dele participam, excepcionalmente por mostrar-se capaz de ouvir o que seus integrantes pensam ou acreditam. Ou melhor, por apresentar-se como uma possibilidade para se apreender técnicas, habilidades e, mais que isso, experiência de vida.

Considerações finais

A revista *Viração*, idealizada por Paulo Lima, surge com o intuito de apresentar uma nova proposta editorial no mercado de revistas brasileiras direcionadas para o segmento de adolescentes e jovens. Tal proposta consiste em apresentar uma publicação de caráter



pedagógico, sem fins lucrativos, que tem como grande objetivo chegar à rede municipal de ensino – atingir alunos de escolas de primeiro e segundo graus é o grande propósito da equipe porque se acredita que a publicação pode servir para que os alunos se interessem por assuntos socialmente relevantes, agucem seu senso crítico e tenham maior simpatia pela leitura ao se depararem com um veículo que não os enxerga somente como público-alvo, mas como seres pensantes, capazes de dar sua parcela de contribuição na melhoria da sociedade; que não só propõe assuntos, como permite que adolescentes e jovens selecionem o que desejam ter nas páginas de seus exemplares; que ao invés de impor determinados formatos, estimula idéias e sugestões; que não apenas fala do jovem e para o jovem, mas o admite como interlocutor em seus processos; enfim, uma publicação que vê adolescentes e jovens como verdadeiros cidadãos.

A cidadania é estimulada principalmente pelo Conselho Jovem da revista, que é o espaço onde garotos e garotas têm condições técnicas e materiais para falarem e serem ouvidos, para se tornarem protagonistas de um sistema de comunicação plural. O Conselho é um convite à transformação do indivíduo passivo em um indivíduo crítico e participativo.

Um conjunto de fatores – ser uma ferramenta de debates, ter um caráter pedagógico, permitir a participação de adolescentes e jovens em seus procedimentos de elaboração, propiciar o desenvolvimento de pessoas e ter como meta a divulgação de conteúdo informativo e reflexivo – é o que justifica a *Viração* como um meio de comunicação alternativo. Um meio que busca amenizar as frágeis e insuficientes formas de inclusão que marcam o cotidiano e procura ser instrumento para o desenvolvimento de pessoas, para o fomento da cidadania e da educação.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Sílvio. A educação para a cidadania no caminho da TV brasileira. **Líbero**: revista acadêmica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, n.13/14, p.55-63, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 12 ed Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRETAS, Beatriz. **Interações telemáticas**: Estudo sobre jovens internautas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) — UFMG. Belo Horizonte.



CARNICEL, Amarildo. O jornal comunitário e a educação não-formal: experiências e reflexões. In: FUSER, Bruno (org.). **Comunicação Alternativa: Cenários e Perspectivas**. Campinas: UNICAMP, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GRINBERG, Máximo Simpson (org). **Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LIMA, Paulo. **Projeto Editorial da Revista Viração**. São Paulo, 2003.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCON, Omar (org.). **TV pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002. Cap. 1, p.41-80.

PAQUALI, Antonio. Um breve glossário descritivo sobre a comunicação e informação. In: MARQUES DE MELO, J; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

PERUZZO, Cicilia. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, 2006.

_____. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA; Maria José C. **Comunicação Pública**. São Paulo, Alinca: 2004, p. 50-79.

_____. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania**. In: PCLA, São Paulo, Volume 4, nº 1, out /nov /dez 2002. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>

RESENDE, Ênio. **Cidadania: o remédio para as doenças culturais brasileiras**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1992.

SOUZA, Herbet. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.